

I FEIRA DA REFORMA AGRÁRIA EM ARAPIRACA: ESPAÇO DE TROCA, FORMAÇÃO E PRODUÇÃO PARA PROCAMPO/UNEAL⁽¹⁾

Luana Pommé da Silva- MST⁽²⁾; Sara Jane Lino de Cerqueira - UNEAL⁽³⁾

⁽¹⁾ Por se tratar de uma experiência construída através da vivência coletiva e do acúmulo e história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Equipe do PROCAMPO/UNEAL, este relato tem caráter coletivo devendo ser creditado a autoria a estes sujeitos coletivos tendo apenas sido sistematizada pelos educadores neste texto; ⁽²⁾

Especialista em Educação. Educadora do MST/AL e professora do PROCAMPO/UNEAL. Arapiraca/AL. E-mail: luanapomme@gmail.com; ⁽³⁾ Mestranda em Educação do Campo pela UFRB/BA, Coordenadora Geral do PROCAMPO/UNEAL. Arapiraca/AL. E-mail: sara_jcb@hotmail.com

Resumo: A experiência aqui relatada trata da relação entre a formação de educadores do campo e os movimentos sociais, especificamente no Curso de Licenciatura em Educação do Campo na UNEAL/Alagoas, no qual os estudantes viveram a troca de saberes com os movimentos sociais de luta pela terra. A experiência ocorreu através das rodas de conversa realizadas na I Feira da Reforma Agrária em Arapiraca/AL organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Alagoas (MST/AL), em outubro de 2013. Durante o texto também são refletidos conceitos sobre trabalho, alternância e articulação da formação com a realidade de produção do campo. O trabalho do Procampo na feira da reforma agrária se constituiu na troca de experiência entre assentados e estudantes através de metodologias da educação popular e da educação do campo articulando o arcabouço e repertório trazidos por cada sujeito para a construção de conhecimento e da formação dos educadores do campo. Os temas abordados nas rodas de diálogo trataram da questão agrária e a luta pela terra, saúde e uso de agrotóxicos, experiências em educação do campo e a cultura.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Educação do Campo. Formação de Educadores.

Abstract: The experience reported here deals with the relationship between the teacher training field and social movements, specifically in the Bachelor of Education in Field UNEAL / Alagoas, in which students lived knowledge exchange with social movements fighting the earth. The experience occurred through the wheels of conversation I made the Fair Land Reform in Arapiraca / AL organized by the Rural Landless Workers Movement of Alagoas (MST / AL) in October 2013 during the text are also reflected concepts of work, alternation and joint training with the reality of field production. The work of Procampo the fair land reform consisted in the exchange of experience between settlers and students through methodologies of popular education and rural education articulating the framework and repertoire brought by each subject for the construction of knowledge and training of educators field. The topics covered in the wheels of dialogue addressed the agrarian question and the struggle for land, health and pesticide use, field experiences in education and culture.

Keywords: Agrarian Reform. Field Education. Educator Training.

Introdução

Este artigo versa sobre a experiência desenvolvida pela turma do Procampo da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL na 1ª Feira da Reforma Agrária promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/AL) na cidade de Arapiraca.

Parte-se da compreensão de que, na formação de educadores, faz-se necessário promover ações em que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão contribuam para a busca de um olhar mais integrado e, sobretudo articulado com a realidade concreta onde a turma está inserida.

Dessa forma, este artigo foi organizado da visando apresentar a estrutura, concepção e organização do Procampo/UNEAL, bem como a estratégia metodológica da Pedagogia da Alternância utilizada no curso e as atividades desenvolvidas durante a I Feira da reforma Agrária, sendo este considerado um espaço de troca, formação e produção para a turma de Licenciatura em Educação do Campo de Alagoas.

PROCAMPO - FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo faz parte do Programa de Formação de Professores do Campo - PROCAMPO criado pelo governo federal e executado, através de Convênio com o MEC/FNDE pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL desde o ano de 2011. A primeira turma de estudantes é composta por professores das redes públicas de escolas localizadas no campo do agreste alagoano e educadores ligados aos movimentos sociais agrários, abrangendo os municípios de Girau do Ponciano, Teotônio Vilela, Maribondo, Coité do Nóia, Jaramataia, Junqueiro, Igaci, Palmeira dos Índios e Arapiraca/Alagoas.

O estado de Alagoas mantém características eminentemente rurais, seja nos povoados, nos centros dos municípios em sua maioria de porte pequeno, ou nas regiões denominadas rurais, constituindo uma identidade característica dos povos do campo na maioria dos municípios, inclusive no entorno de Arapiraca.

A cidade de Arapiraca está localizada no agreste alagoano, região privilegiada por possuir condições de solo adequadas ao cultivo agrícola. É também uma região conhecida pela divisão da terra em pequenas e médias propriedades, característica intensificada pela luta de milhares de famílias em defesa da Reforma Agrária, contribuindo para a diversificação e organização coletiva da produção. Nesse contexto, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo é a experiência pioneira de formação de professores do campo em nível de graduação em Alagoas. Uma turma com 56 estudantes-professores (O termo estudantes-professores foi adotado para contemplar as características do perfil do grupo, qual seja a de pessoas que ao mesmo tempo são estudantes universitários e encontram-se já em exercício em salas de aula nas escolas da rede pública ou demais espaços de educação) deverá ser concluída em 2015. Destaca-se ainda a expectativa de que este se

torne um curso permanente e com novas turmas anuais na UNEAL dadas as características da região e a função estratégica da universidade na formação de professores.

A educação do campo, termo cunhado pelos movimentos sociais como a pedagogia que deve buscar a emancipação humana através da formação na práxis, pautando-se na educação popular como instrumento. A apropriação do conhecimento acumulado e a produção de conhecimento sistematizado pela classe trabalhadora são ferramentas fundamentais para a construção de uma sociedade onde haja igualdade e justiça social. Assim,

Os movimentos sociais carregam bandeiras da luta popular pela escola pública como direito social e humano e como dever do Estado. Nas últimas décadas os movimentos sociais vem pressionando o Estado e os diversos entes administrativos a assumir sua responsabilidade no dever de garantir escolas, profissionais, recursos e políticas educativas capazes de configurar a especificidade da educação do campo. No vazio e na ausência dos governos os próprios movimentos tentam ocupar espaços, mas cada vez mais cresce a consciência do direito e a luta pela educação do campo como política pública. (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2004, p.14).

O trabalho é um dos princípios educativos da educação do campo. A maneira como concebemos o mundo e a construção do conhecimento acumulado pela humanidade, traduzem um projeto determinado de sociedade que almejamos construir. Ao longo da história o método de fazer ciência, de construir conhecimento, as técnicas e, sobretudo o modo de produção, determinam a relação que estabelecemos entre homens e mulheres e com o meio ambiente.

O ato de intervir e transformar a natureza para sua perpetuação faz do trabalho a essência do ser humano. Nesse sentido é importante que reconheçamos no homem a natureza, compreendendos como a própria natureza, e o meio (ambiente) como uma extensão de si mesmo, mediada pelo trabalho, qual seja: o ato de planejar e executar uma ação, que inevitavelmente terá reflexos. Esta é a função formativa do trabalho: a objetivação e humanização do homem. A relação entre trabalho e educação está colocada na medida em que o homem ao se transformar também se educa.

Daí deriva a relação entre o trabalho e a educação em todas as suas formas, em que se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora mediante o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. (FRIGOTTO e CIAVATTA 2013, p 750).

O princípio educativo do trabalho fundamenta-se nessa relação: homem/natureza, numa perspectiva dialética e histórica em relação à transformação em um contexto determinado e específico como parte de um todo.

Neste sentido, a reflexão sobre a escola do campo passa por uma análise acerca das finalidades da educação e os meios para alcançá-las, desta maneira, refletir sobre a pedagogia da educação do campo e a formação de educadores do campo é também refletir sobre os sujeitos que se pretende formar desde a infância ao ensino superior. Passa pela reflexão acerca da função social da escola e dos sujeitos que a constituem, desde os professores, educadores, estudantes e a comunidade na qual está localizada.

Destarte, a educação do campo como conceito surge na perspectiva e no contexto do debate acerca de projetos de desenvolvimento da sociedade, da organização dos movimentos sociais em torno da luta pela terra e a formação de sujeitos que possam contribuir na construção de uma sociedade sustentável e justa, portanto, articular a formação de professores do campo à experiência dos movimentos sociais é fundamental na elaboração de estratégias e práticas para a educação do campo. A experiência relatada a seguir traz alguns elementos para a reflexão sobre o vínculo entre a formação dos professores do campo e os movimentos sociais.

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO PROCAMPO

A Pedagogia da Alternância é o eixo estruturante do PROCAMPO - UNEAL, concepção que surge na França em 1935, originando-se da demanda de famílias rurais vinculadas ao sindicato e que propunham uma educação voltada para a realidade do campo com enfoque na formação integral e no desenvolvimento local. Segundo Ribeiro (2008), a experiência de origem francesa surge no Brasil, tendo sua primeira experiência em Arapiraca, em 1981, durante um curto período de tempo. Em seguida há uma experiência no Espírito Santo.

No sentido geral, alternância significa, segundo Calvó (1999), um conjunto dos períodos formativos que se repartem entre o meio sócio profissional (seja na própria família ou na empresa) e a escola. Isto sempre dentro de uma interação educativa escola-meio.

O Parecer CNE/CEB Nº 01/2006 (Parecer 01/2006 do Conselho Nacional de Educação - CNE que trata dos dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA) que define sobre a forma como pode ser conduzido o desenvolvimento das atividades de tempo-escola e tempo-comunidade, apontando para três formas de pedagogia da alternância, quais sejam: Alternância Justapositiva, Alternância Associativa e Alternância Integrativa real ou Populativa. Esta última, também conhecida como Formativa, é considerada por Queiroz (2004), a mais por adequada à atividade de ensino do campo, considerando-a a mais consistente. Neste sentido, a Alternância Formativa possui os seguintes princípios:

Alternância integrativa real ou copulativa, com a compenetração efetiva de meios de vida sócio-profissional e escolar em uma unidade de tempos formativos. Nesse caso, a alternância supõe estreita conexão entre os dois momentos de atividades em todos os níveis - individuais, relacionais, didáticos e institucionais. Não há primazia de um componente sobre o outro. A ligação permanente entre eles é dinâmica e se efetua em um movimento contínuo de ir e retornar. Embora seja a forma mais complexa da alternância, seu dinamismo permite constante evolução. Em alguns centros, a integração se faz entre um sistema educativo em que o aluno alterna períodos de aprendizagem na família, em seu próprio meio, com períodos na escola, estando esses tempos interligados por meio de instrumentos pedagógicos específicos, pela associação, de forma harmoniosa, entre família e comunidade e uma ação pedagógica que visa à formação integral com profissionalização (Parecer CNE/CEB Nº 01/2006 de 01/02/2006).

Nas últimas décadas a Pedagogia da Alternância tem sido a estrutura construída pela pedagogia dos movimentos sociais de luta por terra e da Educação do Campo, buscando estreitar os vínculos entre a educação e o trabalho, entre a escola e a comunidade, entre o que se aprende e o que se faz na prática e, fundamentalmente, aponta para a não separação entre teoria e prática. Assim, a Pedagogia da Alternância estrutura-se em tempos de aprendizagem compostos pelo Tempo-Escola (TE) e Tempo-Comunidade (TC).

No caso do Procampo/UNEAL, o TE se realiza na própria Universidade, a partir da ministração das aulas com debates, leituras, e diálogo direto com o professor formador com o objetivo de realizar aprofundamento e elaborações teóricas sobre a prática e a realidade na qual os discentes estão inseridos.

Já no TC, os educandos retornam às suas comunidades a fim de colocar em prática os aprendizados do Tempo Escola, bem como em outras comunidades e realidades rurais, retornam à prática, para observação, para a realização de diagnósticos direcionados e para a concretização de projetos e intervenção em seu ambiente, através de ações articuladas diretamente com aos conteúdos trabalhados durante o TE. Neste sentido, a Pedagogia da Alternância tem se apresentado como uma possibilidade de estruturação dos tempos da educação do campo, respeitando a cultura e as práticas dos agricultores, vinculando a educação aos tempos da vida concreta e da aprendizagem como um processo contínuo e permanente.

A partir deste referencial, foi realizada uma das atividades de Tempo Comunidade do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UNEAL na I Feira da Reforma Agrária de Arapiraca.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA FEIRA DA REFORMA AGRÁRIA

A Feira da Reforma Agrária, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/AL) está em sua 14ª edição anual em Maceió e teve este ano a 1ª edição no município de Arapiraca, região do agreste alagoano, sendo realizada durante os dias 16, 17 e 18 de outubro de 2013, na Praça Ceci Cunha, e reuniu dezenas de agricultores de todas as regiões do estado e toneladas de alimentos vindos de assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária. A Feira é construída por assentados e acampados de áreas da Reforma Agrária do estado de Alagoas, trabalhadores rurais que vão para a cidade comercializar diretamente os produtos frutos da distribuição de terras desde a resistência camponesa através das ocupações de terra, símbolo de sua luta.

Para o MST/AL, este evento consiste num espaço de socialização destes frutos e de diálogo com a população da cidade, tendo como mote: “Reforma Agrária - gerando trabalho e produzindo alimentos”, a Feira dialoga com as pessoas através de uma questão central na estrutura do sistema político e econômico da sociedade: a distribuição da terra. Através desse eixo, que subentende o trabalho e a produção do alimento, a Feira proporciona alimentos saudáveis SEM o uso dos agrotóxicos, característico do modelo do agronegócio baseado em grandes latifúndios, monocultura e o uso de alta tecnologia e essencialmente para exportação. Os trabalhadores Sem Terra (Sem Terra, em referência a identidade constituída e autodenominada no movimento social (MST)), através da luta pela reforma agrária, ressignificam a feira como uma prestação de contas para a sociedade de que a Reforma Agrária não só pode dar certo como também é necessária. Dessa forma, a feira se destaca também pela tabela de preços abaixo do mercado, consequência da eliminação da figura do atravessador e da venda direta do produtor ao consumidor final. A palavra de ordem: “*Se o campo não planta, a cidade não janta!*” ganha contorno, cores e cheiros na Feira que se instala geralmente num local central da cidade. Para a coordenadora nacional do MST Débora Nunes, “As feiras da Reforma Agrária são uma forma de diálogo privilegiada do Movimento com a sociedade, pois nelas toda população vê materializada, pode tocar, cheirar, o fruto das lutas que promovemos durante todo o ano. Cada ocupação de terra, cada marcha possibilita que tragamos à cidade e às feiras locais a produção de base orgânica, que alimenta e dá saúde a todos”.

Como estratégia metodológica, durante a Feira são realizadas rodas de conversa abertas a todos os visitantes na Tenda da Educação Popular, nas quais a partir de trocas de experiência e de saberes os sujeitos constroem e ressignificam práticas do dia-a-dia, sendo este um importante espaço de formação. Este é também o espaço em que a população da cidade e do campo debate temas pertinentes aos bem estar, buscando soluções e apontamentos para a auto-organização dos grupos em torno de demandas e questões identificadas. Parte-se do pressuposto que, além dos produtos da agricultura, os assentados trazem também para a Feira, reflexões sobre outros “frutos” como a educação do campo, a saúde, a agroecologia e a cultura, a partir da concepção de que a Reforma Agrária não é apenas a distribuição da terra, mas também, tudo o que é necessário para o bem viver de um povo.

Nesta edição, na Tenda da Educação Popular, foram promovidos debates sobre temas relacionados à reforma agrária, a saber: educação do campo, soberania alimentar, saúde e agroecologia. Os estudantes do PROCAMPO participaram das quatro Rodas de Conversa como parte do Tempo Comunidade do curso, nas quais discutiram os seguintes temas: Reforma Agrária e a luta pela terra; Saúde e o uso de Agrotóxicos; Troca de Experiências em Educação do Campo e Cultura e Teatro do Oprimido. Portanto, o arcabouço e repertório trazidos pelos estudantes, pelos assentados do MST/AL e pelos profissionais que atuam no campo propiciaram a troca de saberes e esta atividade configurou-se como espaço curricular de formação dos professores.

Na roda de conversa sobre a **Luta pela terra e a Reforma Agrária**, estiveram presentes além dos estudantes do PROCAMPO, estudantes da Universidade Feral de Alagoas - UFAL e assentados do MST, onde todos os presentes contaram sua história de vida vinculando-a à questão da terra e qual a visão de cada um sobre a reforma agrária. Essa dinâmica propiciou que todos pudessem contribuir no debate e gerou uma rica troca de experiências, apontando principalmente a identidade que existe entre os trabalhadores, sejam eles organizados em movimentos sociais ou não, e a urgência de que se unam para que sejam conquistados avanços nas condições de vida das pessoas que vivem e trabalham no campo. O debate sinalizou ainda para a importância da organização nos povoados e sítios em torno de questões como o acesso a água, a escola, aos transportes, as estradas, a energia, e a função da luta pela terra e da organização popular na transformação da sociedade e melhoria das condições de vida das pessoas.

O direito social inscrito na legislação brasileira foi ressaltado como tema que deve ser abordado na formação dos professores, além da necessidade de que a visão acerca dos movimentos sociais também tenha espaço para além da visão hegemônica disseminada pelos meios de comunicação que engendram na formação da consciência a criminalização dos movimentos sociais e das lutas pelos direitos sociais. A roda de conversa possibilitou a desmistificação de uma série de pré-conceitos que os estudantes traziam consigo e propiciou uma reflexão sobre a história de vida de cada um e a identificação entre os presentes, desde o êxodo rural, a formação dos povoados e as demandas concretas que cada comunidade possui. Pode-se afirmar que, a prática de cada um dos discentes presentes pôde ser ressignificada a partir da compreensão da história da formação do Brasil, do funcionamento do Estado e de seus reflexos nas condições concretas de vida da população e das implicações na atuação do educador, tais como a abordagem da história do Brasil nas aulas e a relação da escola com os momentos de organização coletiva dos movimentos sociais, como marchas, acampamentos e identidade dos alunos do campo, bem como sua relação com a terra.

Seguindo a mesma dinâmica da primeira roda, no debate sobre a **Saúde e o uso de agrotóxicos** todos os participantes expuseram sobre a sua relação com a questão e como se configurava a realidade em cada comunidade em relação a produção na agricultura e com a saúde. Rica discussão sobre o que é ter saúde sinalizando para uma concepção que vá além da ausência de doença, mas que incorpora também o bem estar do ser humano, o bem viver, o acesso às condições de vida, ao lazer, à cultura, a educação, ao saneamento e a terra. Nesse sentido, dois aspectos foram observados no debate: a política pública de saúde e a produção de alimentos saudáveis. Cada participante relatou como ocorria a utilização destes venenos na produção em suas regiões e as dificuldades encontradas para a produção sem o uso dos agrotóxicos. A partir da contribuição de mediadores e profissionais que atuam no campo da assistência técnica a agricultura familiar o tema foi aprofundado.

Neste momento buscou-se compreender como a forma como produzimos o nosso alimento está intimamente vinculada à saúde que temos. O modelo de produção baseado na monocultura cultivada em grandes latifúndios principalmente para exportação, mas também direcionada ao mercado interno prescinde do uso do agrotóxico. Os agrotóxicos, utilizados para evitar que pragas e fungos atinjam a planta causam graves doenças ao ser humano, mas no Brasil ainda são comumente utilizados. A agricultura familiar é ainda a responsável pela maior parcela dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e neste modelo, em que a produção se dá em pequena escala é possível que sejam utilizadas alternativas de base agroecológicas na produção. Uma das maiores dificuldades constatadas entre os agricultores assentados e os presentes também oriundos de famílias da agricultura familiar foi como buscar alternativas a este modelo hegemônico de produção e a necessidade de buscar formas concretas para o tratamento da produção no que vale ressaltar as importantes contribuições que os técnicos agrícolas e ambientais trouxeram ao ensinar saídas simples com receitas caseiras no combate às pragas e fungos.

Ao refletirem sobre o papel do professor e da escola, os educadores buscaram debater como a escola pode contribuir na conscientização para a mudança de práticas nas famílias da comunidade, pautando-se a necessidade de que, estes temas, devem ser trabalhados com os alunos, sobretudo nas escolas do campo, dos quais a maioria dos alunos oriundos de famílias de agricultores. Ressaltou ainda que além dos efeitos do uso do agrotóxico na saúde o grupo apontou o resgate de práticas integradas e naturais de saúde, características dos povos do campo e das gerações passadas, como estratégia possível a ser abordada pela escola. Assim, algumas propostas foram feitas sobre ações e inclusão no currículo das escolas do campo a partir da discussão principalmente na área de ciências entre outras, além de campanhas sobre os malefícios do uso de veneno nas plantações e oficinas para o aprendizado de defensivos naturais. Além destas, o grupo propôs que nas escolas sejam construídas hortas para o próprio consumo na merenda e farmácias vivas baseadas em plantas das quais se produzem remédios fitoterápicos envolvendo os saberes da comunidade visando fortalecer o vínculo com a terra, constituinte da identidade das famílias do campo.

Em continuidade, a roda de conversa trouxe o sistema público de saúde, a partir da política pública brasileira no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo este considerado um dos mais avançados do mundo, mas que não foi implementado e que é ainda muito precário, sobretudo no que diz respeito ao acesso das populações do campo. Por fim, os presentes apontaram como encaminhamento propostas de trocas de informações com os técnicos agrícolas nos povoados, sítios e assentamentos e a necessidade de estender as experiências agroecológicas realizadas para o restante da população assim como as práticas integradas de saúde e a educação popular em saúde.

Durante a roda de conversa de **Troca de Experiências em Educação do Campo**, o tema central debatido abordou como está a situação das escolas do campo e quais as experiências que estão acontecendo de educação do campo na região do agreste alagoano. Nesse sentido a discussão pautou a educação como um direito de todos, bem como a necessidade de uma educação voltada aos interesses da classe trabalhadora principalmente do campo, que compreenda e considere a identidade das famílias. Estiveram presentes as experiências do MST/AL com a apresentação pelo/as assentados/as das Escolas Itinerantes, Saberes da Terra e Ciranda Infantil além da pedagogia construída a partir das experiências durante a trajetória do movimento. Também se fez presente a experiência da Escola Agrícola São Francisco de Assis do município de Junqueiro, apresentada pelo estudante do Procampo José Aldo Batista de Oliveira, pois é a única escola de ensino fundamental do Estado que desenvolve ações de qualificação profissional voltada para o campo. Apresentando a experiência do Procampo, as estudantes Claudiene da Hora e Josefa Dias Moreira, onde socializou os princípios, concepções e estrutura do curso, bem como as ações já realizadas. Também houve a exposição da experiência de formação continuada para agricultores com base no uso de produtos orgânicos, conservação de sementes, sementes crioulas, recursos hídricos, cuidados com o meio ambiente e Educação Financeira, pela estudante do curso, Regina Venâncio de Oliveira. Em continuidade, a estudante Aparecida Porto relatou a experiência do projeto “Conhecendo nosso município” - Coité do Nóia e por último a experiência “Ação - Formação em Educação Contextualizada e agroecologia - Juventude e Desafios”. Com a mediação da Professora Ivana Carla Lopes (UNEAL - PROCAMPO) ajudou a mediar o debate ressaltando a importância dos momentos de troca de experiência e do trabalho coletivo, articulado aos conteúdos trabalhados durante o Tempo-Escola na Universidade.

Para finalizar as atividades no quarto dia, foi realizada a **Oficina de Teatro do Oprimido**, com o professor da UNEAL e militante Gladyson Stélio na qual os participantes vivenciaram a prática do teatro do invisível, baseada na obra de Augusto Boal. Teatro do Oprimido (TO) é uma estratégia teatral que reúne exercícios, jogos e técnicas teatrais elaboradas pelo teatrólogo Augusto Boal tendo como principais objetivos a democratização dos meios de produção teatral, o acesso a camadas sociais menos favorecidas e a transformação da realidade através do diálogo e do teatro. A concepção de cultura abordada durante a oficina é também a forma como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a compreende e como tem sido articulada a relação entre educação e trabalho, mediados pela cultura, traduzida na definição a seguir:

(...) cultura, trabalho e existência estão interligadas. Por isso definimos primeiramente a cultura como sendo tudo o que fazemos para produzir a nossa existência. (BOGO, p.21, 2009).

Nesse sentido a disseminação da técnica na formação dos educadores do campo contribuiu para uma compreensão da cultura como tudo o que é expressão do ser humano e vinculada a objetivação da existência do homem e da mulher apresentando-se como tema fundamental na formação dos educadores do campo e que deve permear todas as atividades e práticas pedagógicas da escola e da educação do campo.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A reflexão acerca do papel do homem e da mulher no projeto de um desenvolvimento sustentável que proponha outras formas de relação entre os seres humanos e com a natureza é urgente nos tempos atuais. Ao longo da história, a humanidade tem produzido os meios para sua sobrevivência, no entanto, o modelo de produção engendrado nas relações sociais e na base da economia, tem colocado em cheque a sua própria existência. Trazendo à pauta a finitude dos recursos naturais, além da própria necessidade de construção de um modelo de produção pautado em bases agroecológicas, de soberania alimentar, no qual o ar, a água, os solos, ecossistemas e espécies não sejam tomados como meios para acumulação indiscriminada e particular de riqueza.

A educação básica através da escola pública deve cumprir uma importante função na formação dos sujeitos, sendo necessário, neste sentido, aprofundar as estratégias de formação de docentes para a educação básica. É fundamental no delineamento de uma educação capaz de contribuir para a emancipação humana e a universidade pública brasileira e a ciência podem ser um instrumento a reprodução ou transformação da sociedade, por isso a pertinência de aprofundarmos as estratégias de formação de professores, em especial de professores do campo, vinculados às experiências dos movimentos sociais, buscando subsídios na política pública existente e traçando apontamentos para a elaboração de políticas que respondam as necessidades dos povos do campo.

A experiência vivida pelos professores-estudantes do PROCAMPO contribuiu para que estes tenham em suas perspectivas a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e busquem olhar para dentro de sua realidade, aos lados, por trás e, sobretudo, enxergar o que não se vê através do que se toca.

Enfrentar o desafio de buscar uma análise do ponto de vista materialista histórico, compreender a realidade em que estamos inseridos, ir além do aparente, além do território, do sustentável, da participação, do diálogo, da comunidade, da diversidade, além da uma única dimensão e dissecá-la em busca de sua essência é de extrema relevância, para então buscar uma movimentação, tática e estratégica, de intervenção sempre vinculada as mudanças concretas na vida das pessoas e em sua própria formação.

A formação dos educadores do campo deve estar essencialmente vinculada às transformações necessárias para a construção de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, os estudantes avaliaram a experiência como uma rica troca de saberes, e de acúmulo de novos conhecimentos e apontamentos para suas práticas. A aproximação com os movimentos sociais foi fundamental na articulação entre as populações do campo e com a cidade, portanto na conseqüente formação do educador do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo. CALDART, Roseli, BRASIL, Isabel FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular, 2012.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna (orgs). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOGO, Ademar. **O MST e a cultura**. MST. São Paulo. 3ª Ed. 2009.

BRASIL, Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação Parecer CNE/CEB Nº 01/2006 de 01/02/2006 que trata de dias letivos para a aplicação da **Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância** (CEFFA). Brasil 2006.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**. Revista Científica da EPSJV/FIOCRUZ, v.7, mar/jun 2009.

CALVÓ, Pedro Puig. Introdução. In: **Pedagogia da Alternância - alternância e desenvolvimento**. Primeiro Seminário Internacional. Salvador: Dupligráfica Editora, 1999.

FRIGOTTO, G. **Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambigüidades**. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 175-182, set.-dez. 1985.

_____; CIAVATTA, Maria. **Trabalho como princípio educativo**. Verbete do Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2012, p. 750-757.

KOLLING, E. J.; Nery, I.; Molina, M. C. **Por uma educação básica do campo** (memória). Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.b

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011 (64p.)

RIBEIRO, Marlene. **Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa** Educação e Pesquisa, Vol. 34, Núm. 1, enero-abril, 2008, pp. 27-45, Universidade de São Paulo. Brasil.